

## DEMOCRACIA E MEIO AMBIENTE: ABORDAGENS AMBIENTAIS PREDOMINANTES NOS DISCURSOS CIENTÍFICOS SOBRE DEMOCRACIA AMBIENTAL, VERDE, ECOLÓGICA E SUSTENTÁVEL

*Democracy and Environment: predominant environmental approaches in scientific discourses on environmental, green, ecological and sustainable democracy*

*Democracia y Medio ambiente: enfoques ambientales predominantes en los discursos científicos sobre democracia ambiental, verde, ecológica y sostenible*



**Lucas Andrade de MORAIS** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB); ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4443-2393>  
URL: <http://lattes.cnpq.br/4304836710800316>  
EMAIL: [lucasmorais7@gmail.com](mailto:lucasmorais7@gmail.com)

**Lucia Santana de FREITAS** – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)  
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8185-0151>  
URL: <http://lattes.cnpq.br/4689902016970348>  
EMAIL: [lucia.sdefreitas@gmail.com](mailto:lucia.sdefreitas@gmail.com)

Histórico do artigo

Recebido: 04 janeiro, 2023  
Aceito: 11 junho, 2023  
Publicado: 21 junho, 2023

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo identificar as abordagens ambientais predominantes, a partir das formas analíticas de Foladori e Sauvé, em discursos científicos que trata da relação entre democracia e meio ambiente, considerando as denominações democracia ambiental, verde, ecológica e sustentável. Para tanto utilizou-se da pesquisa de abordagem qualitativa e descritiva, com corpus constituído pelo método da revisão integrativa, sendo considerados 61 artigos (discursos científicos) cujos dados foram tratados pela análise interpretativa e identificação das abordagens ambientais. Observou-se, ao final, que por unir dois construtos (democracia e meio ambiente) que têm marcas discursivas de participação, ação humana e efeitos sobre os sistemas ecológicos, os discursos sobre as democracias verde, ecológica, sustentável e ambiental na forma analítica de Foladori (2000) têm tendência predominante antropocentrismo com ênfase no pensamento marxista, ao considerar os problemas e crises ambientais decorrentes das produções capitalistas e na forma analítica de Sauvé (2005) os discursos são predominantes nas correntes recentes destacando-se as abordagens crítica, prático, biorregionalista e da sustentabilidade, pela própria incidência de discursos ambientais, que ganharam força a partir da década de 90, em diferentes atores e debates internacionais sobre as relações sociedade-natureza.

**Palavras-chave:** Democracia verde; Democracia ecológica; Democracia sustentável; Democracia ambiental; Abordagens ambientais.

## ABSTRACT

This article aims to identify the predominant environmental approaches, from the analytical forms of Foladori and Sauvé, in scientific discourses that deals with the relationship between democracy and environment, considering the denominations environmental, green, ecological and sustainable democracy. For this, it was used a research of qualitative and descriptive approach, with corpus constituted by the method of integrative review, being considered 61 articles (scientific speeches) whose data were treated by the interpretative analysis and identification of environmental approaches. It was observed, at the end, that by uniting two constructs (democracy and environment) that have discursive marks of participation, human action and effects on ecological systems, the discourses on green, ecological, sustainable and environmental democracies in the analytical form of Foladori (2000) have a predominant anthropocentrist tendency with emphasis on Marxist thought, In the analytical form of Sauvé (2005) the discourses are predominant in recent currents, highlighting the critical, praxis, bioregionalist and sustainability approaches, by the very incidence of environmental discourses, which have gained strength since the 90's, in different actors and international debates about society-nature relations.

**Keywords:** Green democracy; Ecological democracy; Sustainable democracy; Environmental democracy; Environmental approaches.

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo identificar los enfoques ambientales predominantes, a partir de las formas analíticas de Foladori y Sauvé, en los discursos científicos que tratan de la relación entre democracia y medio ambiente, considerando las denominaciones democracia ambiental, verde, ecológica y sostenible. Para eso, fue utilizada la pesquisa de abordaje cualitativo y descriptivo, con corpus constituido por el método de revisión integrativa, siendo considerados 61 artículos (discursos científicos) cuyos datos fueron tratados por el análisis interpretativo e identificación de abordajes ambientales. Al final, se observó que al unir dos constructos (democracia y medio ambiente) que tienen marcas discursivas de participación, acción humana y efectos sobre los sistemas ecológicos, los discursos sobre democracias verdes, ecológicas, sustentables y ambientales en la forma analítica de Foladori (2000) tienen una tendencia predominantemente antropocentrista con énfasis en el pensamiento marxista, En la forma analítica de Sauvé (2005) los discursos son predominantes en las corrientes recientes, destacándose los enfoques crítico, praxis, bioregionalista y de sustentabilidad, debido a la propia incidencia de los discursos ambientales, que han cobrado fuerza a partir de la década de 1990, en diferentes actores y debates internacionales sobre las relaciones sociedad-naturaleza.

**Palabras clave:** Democracia verde; Democracia ecológica; Democracia sostenible; Democracia ambiental; Enfoques ambientales.

## 1 INTRODU O

A teoria democrática abrange conceitos e temas como processos eleitorais, movimentos sociais, igualdade, direitos e obriga es civis, liberdade e governança



participativa ou deliberativa. Por isso, a ideia central de democracia é construída na inclusão da participação de cidadãos nos processos de tomada de decisão e no sistema político de uma nação.

No entanto, a própria realização ou existência da democracia é um processo contestado, não havendo consenso sobre sua concepção conceitual. Por essa razão, entende-se que a democracia é plural e multifacetada, pois não existe um único tipo. Segundo Held (2006), podem existir vários modelos ou graus de democracia, como os estabelecidos por Parker (1996): democracia liberal, democracia participativa, democracia associativa e democracia multicultural.

Além desses modelos, tem-se a democracia deliberativa habermasiana (HABERMAS, 1992), que incorpora a participação da sociedade civil fundamentada em argumentação e discurso nas tomadas de decisão. Esse modelo parte da premissa de uma racionalidade comunicativa e tem o potencial de proporcionar decisões políticas mais justas e racionais do que os meios representativos (DRYZEK, 1995; ESCRIBUELA, 2013; LEPORI, 2019; NIEMEYER, 2019).

Os elementos da democracia estão relacionados com a estratégia atual de pensamento ambiental, ao se considerar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ESTENSSORO, 2017; MORAIS, 2020), em que o cenário ambiental mundial tem tomado diversos rumos na busca por soluções para os problemas econômicos e a degradação ambiental.

Nesse contexto, os movimentos sociais, a comunidade científica, os governos e os setores econômicos são atores sociais que participam e contribuem nos debates em diversos eventos, conferências e reuniões que fazem parte da história do ambientalismo. Eles produzem declarações, acordos e agendas que surgem dos discursos e compromissos ambientais desses atores (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013).

A história ambiental na perspectiva política, dos movimentos sociais e do ambientalismo é bem mais complexa do que é relatado em documentos, legislações e grandes conferências ambientais, todavia, eventos como a Conferência de Estocolmo, Rio 92, Rio+10 ou Rio+20 permitem perceber uma forte participação e influência de atores sociais e econômicos no debate das questões ambientais.

O ambientalismo, também conhecido movimento ecológico ou movimento verde, tem se desenvolvido a partir de diversas ideologias, visões, filosofias e correntes teóricas que influenciam e moldam o pensamento ambiental. Entre essas correntes teóricas, pode-se citar o Ecocentrismo, Ecologia Profunda (*Deep Ecology*) e “Os verdes”, ambientalismo

moderado, tecnocentristas, Cornupianos, ecofeminismo, entre outros. Além disso, existem denominações como Ecologia social, Ecologia dos pobres, Ecologia Política, Ecodesenvolvimento, Economia Verde, Decrescimento, Buen Vivir, Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade, dentre outros, que estão presentes nos discursos dos atores ambientais (ROCHA, 2006; ESTENSSORO, 2014, 2017; POTT, ESTRELA, 2017).

A comunidade científica há muito tempo tem alertando sobre os problemas de degradação ambiental e os efeitos das ações humanas no meio ambiente por meio de discursos científicos que incorporam diversas abordagens ambientais (LIMA, NEVES, RODRIGUES, 2016). Devido à natureza falível do conhecimento científico, os postulados e teorias científicas estão em constante evolução, sendo influenciados e influenciando os discursos dentro de suas próprias comunidades.

A questão ambiental presente nos debates das instituições políticas, conferências, movimentos sociais e meios acadêmicos é estruturada por diferentes discursos<sup>1</sup> (políticos, cotidianos, educacionais, jornalísticos, corporativos ou empresariais, científicos etc.) permeados por abordagens teóricas e ideologias que desenvolvem o pensamento ambiental e fundamentam ou explicam a problemática ambiental.

Embora todos esses discursos sejam relevantes, este trabalho se concentra nos discursos científicos. Os discursos científicos tradicionais são formas discursivas criadas e produzidas pelos cientistas para a comunidade de pesquisadores, baseados em métodos que geram resultados (leis), levando em consideração hipóteses pré-estabelecidas que podem ser refutadas por outros discursos científicos. Assim, um discurso científico destina-se à transferência de informações científicas para um público pertencente à mesma comunidade, utilizando uma linguagem específica (preparada) e/ou interessado no assunto (ADINOLFI, 2004; GLUSHKOVA, 2018).

Dessa forma, com base nas formas analíticas do pensamento ambientalista proposta por Foladori (2000) e nas correntes tradicionais e recentes da educação ambiental apresentadas por Sauvé (2005), surge a seguinte indagação: Quais são as abordagens predominantes nos discursos científicos que exploram a relação entre democracia e meio ambiente?

Diante disso, o objetivo deste estudo é identificar as abordagens ambientais predominantes, a partir das formas analíticas de Foladori e Sauvé, em discursos científicos

---

<sup>1</sup> O discurso é composto pela língua, enunciado, texto e a comunicação discursiva dialógica dos sujeitos. É a língua em sua integridade concreta e viva, não como objeto da linguística, pois o discurso (e a língua(gem) como discurso) não pode ser desvinculado do seus falantes (sujeitos) e de seus atos, das esferas sociais, dos valores ideológicos que a norteiam (BAKHTIN, 2016; VOLÓCHINOV, 2017).



que trata da relação entre democracia e meio ambiente, considerando as denominações democracia ambiental, verde, ecológica e sustentável.

## 2 UMA DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE AS ABORDAGENS AMBIENTAIS E DISCURSOS CIENTÍFICOS

O discurso científico consiste na materialização dos resultados de pesquisas expressos em gêneros textuais (de texto, discursivo, do discurso)<sup>2</sup> como os artigos científicos, dissertações, teses, livros, relatórios etc. No processo de construção discursiva e de escrita científica a abordagem teórica auxilia os pesquisadores na busca por informações que signifiquem o seu discurso.

No campo do debate ambiental, diversas abordagens teóricas são desenvolvidas para explicar as causas da crise ecológica e apresentar alternativas para superá-la ou alcançar a sustentabilidade. Essas abordagens enfatizam a relação homem-natureza e são adotadas por atores envolvidos em práticas ou discussões ambientais. Elas possibilitam o surgimento de propostas e/ou soluções para a crise ecológica, ao mesmo tempo em que constituem argumentos nos discursos, muitas vezes influenciados por tendências políticas ou ideológicas, que oferecem diferentes possibilidades de interpretação.

A pluralidade de perspectivas sobre questões ambientais resulta na existência de diversas abordagens científicas expressas em tipologias, correntes, ecoideologias, modelos ou outras denominações que buscam explicar diferentes posicionamentos. Entre as formas analíticas mais significativas, destacam-se as propostas de Foladori (2000) e Sauv e (2005), que simplificam e sistematizam as abordagens ambientais que serão tratadas a seguir.

A forma analítica de Foladori (2000) apresenta uma tipologia do pensamento ambientalista (Quadro 01) baseada na  tica ecológica a partir dos princípios do ecocentrismo e do antropocentrismo. O ponto de partida  tico dos ecocentristas orientam-

<sup>2</sup> G neros textuais são “os textos que encontramos em nossa vida diária com padrões sócio-comunicativos característicos definidos por sua composi o, objetivos enunciativos e estilo concretamente realizados por forças históricas, sociais, institucionais e tecnológicas. Os gêneros constituem uma listagem aberta, são entidades empíricas em situa es comunicativas (...) Os gêneros são formas textuais escritas ou orais estáveis[...]” (MARCUSCHI, 2008, p. 55). Os gêneros do discurso, para Bakhtin, são “tipos relativamente estáveis de enunciados, elaborados por campos específicos do emprego da língua” (BAKHTIN, 2016, p. 158), classificados em gêneros primários (inúmeras modalidades de diálogos e comunica es realizadas nas atividades do dia a dia), gêneros secundários (gêneros literários propriamente ditos, *as pesquisas científicas* e os gêneros public sticos) e enunciado como unidade dialógica. Os enunciados produzidos refletem as condi es e finalidades de cada campo da atividade humana, pelo seu conteúdo (temático), estilo da linguagem, recursos lexicais, fraseológicos, gramaticais e a constru o composicional (BAKHTIN, 2016).

se por dois tipos de pensamento a ecologia profunda (*deep ecology*) e os “verdes” e Neomalthusianos. O ponto antropocêntrico é constituído pelos tecnocentristas (subdivididos em cornucopianos e o ambientalismo) e os Marxistas.

Dentro do pensamento ecocêntrico, existe a abordagem da ecológica profunda, que é uma ecofilosofia que defende o estabelecimento de um valor intrínseco à natureza. Assim, o foco principal dessa abordagem não está nas vantagens econômicas, biológica ou estéticas da natureza para a sociedade humana, mas sim no valor próprio da natureza. Por essa razão, essa abordagem concorda com alguns aspectos das ideias preservacionistas.

Os “verdes” representam uma abordagem representada pelos partidos verdes e por movimentos ecológicos, como o *Greenpeace*. Eles defendem o reconhecimento valor intrínseco da natureza, a utilização da ecológica como ciência explicativa das relações sociedade-natureza, a existência de limites físicos para o desenvolvimento e a confiança no individualismo liberal como meio de transformação da sociedade (FOLADORI, 2000).

**Quadro 01 – Tipologia do pensamento ambientalista**

Ponto de Partida	Tipos	Autores	Causas da Crise Ambiental	Alternativas para a “Sustentabilidade”
<b>Ecocentristas</b>	<b>Ecologia Profunda</b>	Naess, N. 1973. “The shallow and the deep, longrange ecology movement. A summary”. <i>Inquiry</i> , vol. 16	-Ética antropocêntrica -Desenvolvimento industrial	-Iguaritarismo biosférico. - Limite o crescimento material e populacional. - Tecnologias de pequena escala.
	<b>Verdes</b>	1. <b>Neomalthusianos</b> Ehrlich, P.Holdren,J. 1971. “Impact of population growth”, <i>Science</i> , vol. 171  2. “ <b>Mainstream</b> ” Porrit, J, 1986, <b>Seeing Green</b> , Blackwell: Oxford	- Crescimento populacional e produção ilimitada orientada para a produção de bens supérfluos - Uso indiscriminado de recursos não renováveis	- Frear o crescimento populacional - Coibir artigos de luxo - Tecnologias limpas - Controle Estatal - Orientação energética ao uso de fontes renováveis
<b>Antropocentristas</b>	<b>Ambientalismo Moderado</b>	Pearce e Turner. 1995. <b>Economía de los recursos naturales y del medio ambiente</b> , Celeste Ediciones: Madrid	- Políticas errôneas - Desconhecimento de participação estatal	- Políticas econômicas e instrumentos para <b>corrigir</b> o mercado - Tecnologias limpas ou verdes
	<b>Cornucopianos</b>	Simon, Julian; Kahn, Herman (ed.), 1984. <b>The Resourceful Earth. A Response to Global 2000</b> . Basil Blackwell: NewYork	Não há crise ambiental.	- Livre mercado sem participação estatal - Sem restrições à tecnologia “O mercado se encarrega”
		Enzensberger, Hans M. 1974. “A	Da crise contemporânea:	Mudanças nas relações capitalistas de produção:



	<b>Marxistas</b>	Critique of Political Ecology”, <b>New Left Review</b> , No. 84	Relações sociais capitalistas. (Existem causas genéricas à sociedade humana).	meios de produção sob controle dos trabalhadores
--	------------------	---	---	--

Fonte: Foladori (2000) (Tradução)

O pensamento antropocêntrico é composto pelas abordagens tecnocentrista, que se subdivide em cornucopianos e ambientalismo moderado. Os cornucopianos defendem a superação dos problemas ambientais por meio de soluções técnicas e acreditam que o livre mercado pode resolver questões como o consumo de recursos não renováveis, substituindo-os por tecnologia que eliminem os riscos de crises ambientais (FOLADORI e TAKS, 2004).

Já o ambientalismo moderado, presente em grande parte dos governos, “reconocen que existen problemas entre el desarrollo capitalista y el medio ambiente, pero posibles de ser mejorados com políticas específicas” (FOLADORI, 2000, p. 32). Essa abordagem se baseia em fundamentos científicos da teoria econômica neoclássica e nos postulados keynesianos.

Outra abordagem é a Marxista, que entende que a natureza engloba a sociedade humana. Ou seja, a natureza inclui a sociedade humana, pois a relação sociedade e natureza é dialética e histórica. Quando a sociedade transforma a natureza, ela também se transforma, diferenciando-se dos posicionamentos dos tecnocentristas e ecocentristas. O marxismo também entende que as relações sociais de produção são orientadas pelo desenvolvimento, e, portanto, o comportamento em relação ao meio ambiente também é influenciado por essas relações (FOLADORI, 2000).

Outra forma analítica é proposta pela pesquisadora Sauvé (2005), por meio de correntes (Quadro 02), que, embora sejam direcionadas para Educa o Ambiental (EA), abrangem aspectos do ambientalismo de forma geral. A autora cartografa 15 categorias de correntes, dividindo-as entre tradicionais e recentes. As tradicionais são subdivididas em sete categorias: Naturalista, conservacionistas, resolutiva, sist mica, científica, humanista e moral/ tica, enquanto que as correntes recentes são dividida em oito categorias: Holística, Biorregionalista, Prática, Crítica, Feminista, Etnográfica, Eco-educa o e Sustentabilidade.

#### Quadro 02 – Correntes Tradicionais e Recentes em Educa o Ambiental

CORRENTES TRADICIONAIS	
Correntes	Concep�o e objetivo

<b>Naturalista</b>	Centraliza a relação do ser humano com a natureza, ou seja, a educação deve acontecer por meio do ambiente natural, pretendendo demonstrar como funciona o meio natural e as relações de aprendizagem por meios cognitivos, espirituais e experimentais.
<b>Conservacionista</b>	Também chamada de recursista, tem como princípio a conservação dos recursos naturais, bem como a fauna e a flora. Busca-se educar para assim conservar, tanto individualmente como coletivamente.
<b>Resolutiva</b>	Tem a ideia de conservação e conduz a ação, com intuito de proporcionar mudanças comportamentais. O intuito é informar as pessoas sobre os problemas ambientais, buscando desenvolver habilidades a fim de saná-los.
<b>Sistêmica</b>	Permite a identificação de diferentes elementos do sistema ambiental, por meio de uma análise sistêmica, tendo assim uma melhor visão do todo, buscando entender a totalidade do sistema ambiental.
<b>Científica</b>	Busca-se compreender os aspectos de causa dos problemas ambientais e os efeitos que podem gerar mediante a realidade socioambiental. Dar-se ênfase ao conhecimento, a percepção e a experimentação, desenvolvendo habilidades referentes às ciências ambientais.
<b>Humanista</b>	O meio ambiente é entendido como um meio de vida, com suas dimensões naturais e culturais, buscando-se conhecer o meio, relacionar-se com ele, compreender os aspectos, e desenvolver sentimentos e valores referentes à realidade ambiental.
<b>Moral/Ética</b>	A EA inclui também um sistema ético, que ressaltam o desenvolvimento de valores ambientais em que diversas percepções consideram a interação com o meio ambiente de ordem ética, que através da moral, os indivíduos desenvolvem comportamentos socialmente desejáveis construindo valores e sendo protagonistas deles.
<b>CORRENTES RECENTES</b>	
<b>Correntes</b>	<b>Concepção e objetivo</b>
<b>Holística</b>	Busca envolver de maneira global todos os seres existentes no planeta, de modo que se busque conhecer o mundo de maneira orgânica, bem como se tenha uma atuação participativa envolvendo o meio ambiente.
<b>Biorregionalista</b>	Tem como foco o desenvolvimento de uma Educação Ambiental voltada para uma determinada região ou localidade, buscando uma participação efetiva da comunidade.
<b>Prática</b>	Aponta a ação como meio de aprendizado, a partir da integração da ação com a reflexão que a <i>práxis</i> se constitui, e, portanto, se pode alcançar uma transformação nos indivíduos e no meio ambiente.
<b>Crítica</b>	Enfatiza as realidades sociais e suas implicações nos problemas ambientais, apontando a educação como um caminho para as mudanças, bem como um método de reflexão sobre a dinâmica social envolvida. É a partir de posicionamentos críticos que realidades podem ser transformadas
<b>Feminista</b>	Alerta sobre a relação das mulheres com a natureza, sendo fundamental a inserção de um trabalho voltado para a reconstrução desse relacionamento, bem como da harmonização entre homens e mulheres.
<b>Etnográfica</b>	Enfatiza que deve haver a adaptação às realidades culturais das populações, além de buscar inspirar-se nos movimentos culturais, que muito se relacionam com o meio natural. Todo e qualquer evento faz sentido no meio em que está inserido, seja esta uma atividade do tipo caça ou até mesmo uma ação do dia a dia de uma comunidade.
<b>Eco-educação</b>	Pressupõe que o fundamental não é somente a resolução dos problemas, mas que se busque, a partir do relacionamento com a natureza, transformar-se interiormente, de modo que esta mudança seja perceptível por meio de ações responsáveis.
<b>Sustentabilidade</b>	Dissemina a ideia de que o desenvolvimento econômico deve ser pautado na preservação dos recursos naturais, de modo a garantir a satisfação de necessidades das gerações presentes e futuras.

Fonte: Lopes et al. (2020).

As correntes propostas por Sauv e t em o objetivo de mapear a prática no campo educacional, compreendendo a concep o do educador e como isso define ou orienta os objetivos a serem alcançados com sua prática, permitindo entender a sua visão, seja ela tradicional ou recente. Para isso, a autora propõe a identifica o de quatro aspectos: a) concep o de meio ambiente; b) a finalidade principal da EA; c) os enfoques; e d) os modelos e abordagens das práticas das correntes da EA. Essas correntes podem ser



adaptadas para identificar os discursos científicos relacionados às abordagens ambientais, levando em consideração que elas não se restringem ao contexto da educação ambiental, mas sim à concepção de meio ambiente e sua expressão discursiva.

As formas analíticas mencionadas anteriormente, são investidas de uma variedade de maiores classificações ambientais contidas em discursos científicos de ordem educacional, política e econômica, bem como possuem um poder explicativo relevante, uma vez que são fundamentadas nas discussões sobre a relação entre ambiente e sociedade. Elas abordam temas como ética ecológica, valores ambientais, economia ecológica, práticas de educação e estudos de territórios, proporcionando insights para a busca da construção de conhecimentos multidimensionais sobre a relação entre democracia e meio ambiente. Em função disso, optou-se neste estudo por utilizar as formas analíticas de Foladori (2000) e Sauvé (2005).

### 3 METODOLOGIA

O estudo se constituiu por meio da abordagem qualitativa e de pesquisa descritiva, uma vez que se concentra na análise e interpretação dos discursos relacionados às abordagens ambientais. A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pelo objetivo de identificar as diferentes abordagens presentes nos discursos científicos sobre democracia e meio ambiente (MARCONI e LAKATOS, 2021).

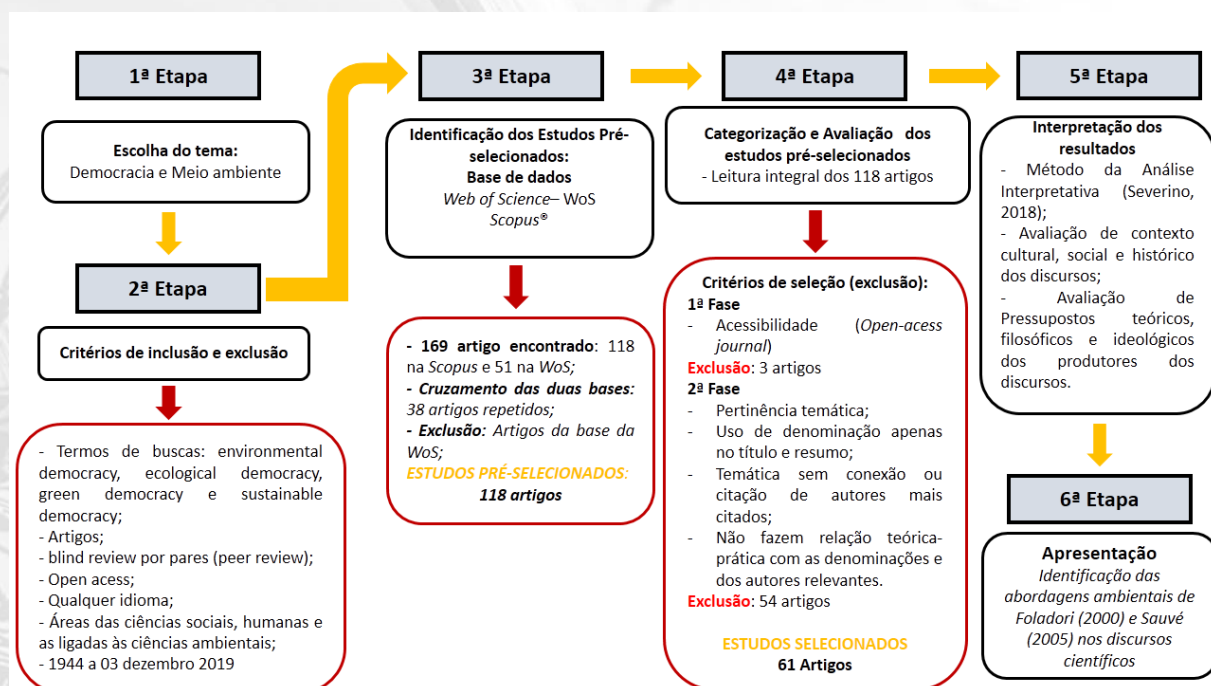
O estudo também se utiliza da análise do discurso científico como uma abordagem de pesquisa, caracterizada como um metadiscorso (metalinguagem), por se tratar de um discurso científico analisando e gerando outro discurso de mesma natureza (ADINOLFI, 2004; GLUSHKOVA, 2017).

Dessa forma, a pesquisa adota o método da revisão integrativa, que permite combinar dados da literatura teórica e empírica, possibilitando ao revisor conduzir o processo com diferentes finalidades. No caso deste estudo, a finalidade é identificar as abordagens ambientais propostas por meio das formas analíticas de Foladori (2000) e Sauvé (2005) nos discursos científicos sobre democracia verde, ecológica, sustentável e ambiental.

Portanto, seguindo os parâmetros da revisão integrativa da literatura (BOTELHO, CUNHA; MACEDO, 2011), este estudo tem o *corpus* 61 discursos científicos (artigos), especificamente nas denominações de democracia verde (6 discursos), ecológica (28 discursos), sustentável (8 discursos) e ambiental (22 discursos).

A constituição e análise do *corpus* foram adaptadas, conforme pode ser observado no delineamento explicitado na figura 01, seguindo as seis etapas descrita por Botelho, Cunha e Macedo (2011): 1) identificação do tema; 2) estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos; 3) identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 4) categorização e avaliação dos estudos pré-selecionados; 5) interpretação e resultado dos estudos selecionados; 6) Apresentação das identificações das abordagens ambientais.

**Figura 01 – Delineamento da constituição e análise do *corpus***



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Os artigos (discursos científicos) foram identificados a partir dos termos de buscas *environmental democracy*, *ecological democracy*, *green democracy* e *sustainable democracy*, em dois dos maiores bancos de dados de literatura científica a *Web of Science – WoS* (da *Clarivate Analytics*) e *Scopus®* (da *Elsevier*), escolhendo estudos nas áreas das ciências sociais, humanas e as ligadas às ciências ambientais, com publicações entre 1944 a 03 de dezembro de 2019, resultando em 118 artigos científicos pré-selecionados com indicativos de pertencimento temático a tema e problema de pesquisa.

No processo de categorização e avaliação dos 118 artigos, três foram eliminados sem a leitura completa por não estarem disponíveis em modo *Open Access*, restando 115 artigos que foram lidos em sua integralidade. Destes, 54 artigos foram eliminados da análise



e interpretação dos discursos científicos por não possuírem pertinência temática, utilizarem as denominações apenas nos títulos e resumos, e não apresentarem pertinência teórico-prática com as denominações apontadas pelos autores mais citados e relevantes.

A análise e identificação dos discursos científicos nas abordagens ambientais das duas formas analíticas foram realizadas pela técnica da análise interpretativa (SEVERINO, 2018). A interpretação dos discursos foi feita levando em consideração os contextos culturais, sociais e históricos da produção dos textos/discursos, bem como os pressupostos teóricos, filosóficos e ideológicos dos produtores dos discursos (MORAIS, *et al.*, 2021). Após a observação da predominância dos discursos científicos, eles foram categorizados de acordo com os sentidos e afinidades das formas analíticas de Foladori (2000) e Sauvé (2005).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES: AS ABORDAGENS AMBIENTALISTAS NOS DISCURSOS ACADÊMICOS**

Os questionamentos retóricos sobre se os ganhos e a proteção ambiental podem ser garantidos pela tomada de decisão democrática, ou se a democracia pode ser a garantia de resultados ambientais (ou sustentáveis) positivos, refletem os argumentos que sustentam a democracia como um modelo que produz resultados benéficos para o meio ambiente. Ou seja, esses questionamentos defendem que a democracia é o modelo ideal para os interesses da proteção ambiental. Portanto, ao aprofundar os conhecimentos sobre as abordagens de pensamento que sustentam os discursos científicos sobre a relação entre democracia e meio ambiente, podemos encontrar caminhos para compreender os significados decorrentes dessa relação.

No entanto, os discursos científicos enfrentam dificuldades e controvérsias conceituais em relação à democracia verde e suas variantes. Isso ocorre, porque a própria conexão entre democracia e ambientalismo (meio ambiente ou sustentabilidade) encontra resistência e tensão entre os meios e procedimentos democráticos em atender à maioria, mesmo que esses desejos resultem em resultados não-verdes, ou em atender aos fins ambientais, mesmo que para alcançar esses resultados pr -ambientais seja necessário justificar a utilização de meios democráticos ou não. Em outros termos, há um debate sobre se a democracia poderia ser sacrificada em prol de um resultado verde (GOODIN, 1992; HOGGETT, 2001; HYSING, 2013; WONG, 2015; HAMMOND, 2019), o que poderia gerar um eco-autoritarismo (ZHU, ZHANG, RAN e MOL, 2015).

Portanto, o conhecimento das abordagens ambientais que sustentam cada discurso sobre a relação democracia e meio ambiente promoverá uma compreensão dos rótulos: democracia verde, ecológica, sustentável e ambiental e seus significados teóricos, práticos e operacionais.

#### 4.1 O discurso sobre Democracia Verde

A Democracia Verde, na perspectiva de Foladori (2000), tem como predominância o ponto de partida ético do pensamento ecocêntrico, com ênfase na abordagem dos “verdes” identificadas nos discursos de Dryzek (1995), Arias-Maldonado (2000, 2007) e Hoggett (2001), ao englobarem sentidos e construções da denominação verde tais como política e partidos verdes, políticas progressivamente menos antropocêntricas e busca de fronteira mais igualitária entre o ambiente humano e natural. Enquanto que o pensamento dos antropocentristas, com ênfase na linha do tecnocentrismo do tipo ambientalismo moderado, é identificado nos discursos de Hysing (2013) e Wong (2015) ao defenderem o fortalecimento do papel dos especialistas (autoridades verdes) e a ideia normativa dos modelos democráticos para o estabelecimento entre preocupações e valores verdes.

Na forma analítica proposta por Sauvé (2005), os discursos de Dryzek (1995), Arias-Maldonado (2000, 2007) e Hoggett (2001) apresentaram uma forte indica o para as correntes recentes de abordagem crítica, pois enfatizarem em seus discursos as realidades sociais e os problemas ambientais como elementos fundamentais na discussão sobre o modelo teórico democrático ideal para a concretiza o da democracia verde. Eles argumentam que a democracia verde não pode ser alcançada apenas por meio de estruturas e processos democráticos convencionais, mas requer uma análise crítica das rela oes de poder, dos sistemas econ micos e das questões sociais que influenciam a tomada de decisão ambiental.

Por outro lado, os discursos de Hysing (2013) e Wong (2015) apresentam uma ênfase na corrente tradicional-científica. Os autores destacam a importância da questão ambiental e do conhecimento científico como elementos centrais no processo de obten o de ganhos verdes e na institucionaliza o da democracia verde. Eles argumentam que a ciência desempenha um papel fundamental na compreensão dos desafios ambientais e na formula o de políticas e práticas que promovam a sustentabilidade ambiental dentro do contexto democrático.



## 4.2 O discurso sobre Democracia Ecológica

Na perspectiva analítica de Foladori (2000), os discursos de Faber e Mccarthy (2001), Gaard (2001), Lee (2002), Hunold (2005), Mitchell (2006ab), Eckersley (2006, 2019), Sneddon e Fox (2008), Houser (2009), Kothari (2009, 2014ab), Armiero e D'alisa (2012), Escrihuela (2013, 2015), Kothari, Demaria e Acosta (2014), Pickering e Persson (2019), Niemeyer (2019), Takacs (2019), White (2019), Hammond (2019) e Lepori (2019) sobre democracia ecológica tem como ponto de partida o pensamento antropocêntrico, com predominância do pensamento “Marxistas”. Esses autores têm discutido essa abordagem, também conhecida como marxismo ecológico, ecosocialismo, ecomarxismo ou ecologia de Marx (FOSTER, 2005, 2015), que busca estabelecer uma dialética entre sociedade, natureza, sistema de produção e consumo. Essas características são consideradas cruciais para compreender a crise ecológica sistêmica que emerge das relações sociais capitalistas.

Ainda na perspectiva analítica de Foladori, é possível identificar outras abordagens nos discursos científicos de Dryzek (1995) que incluem a denominação a abordagem ecocentrista dos “verdes” que valoriza a interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente; e uma abordagem antropocentrista, com ênfase na vertente do tecnocentrista do ambientalismo moderado em discursos de Whiteside, Boy e Bourg (2010), Dryzek e Stevenson (2011), Whiteside (2013), Huh, Kim e Kim (2018) que prioriza a utilização de tecnologias e políticas ambientais para mitigar os impactos ambientais.

No que diz respeito à forma analítica de Sauvé (2005), os discursos sobre democracia ecológica de Faber e Mccarthy (2001), Lee (2002), Hunold (2005), Eckersley (2006; 2019), Sneddon e Fox (2008), Armiero e D'alisa (2012), Escrihuela (2013, 2015), Takacs (2019), White (2019), Lepori (2019) mostraram uma prevalência nas correntes recentes do tipo crítica, por enfatizar as realidades sociais e suas implicações para as questões ambientais.

A abordagem crítica das correntes de Sauvé (2005) acaba apresentando relação com a abordagem marxista de Foladori (2000), pois ambas buscam compreender as relações entre sociedade, natureza e sistema de produção/consumo, reconhecendo que a crise ecológica é intrinsecamente ligada às relações sociais capitalistas. Essas abordagens destacam a importância de uma análise crítica das estruturas sociais e econômicas que contribuem para a degradação ambiental e defendem a necessidade de transformações profundas no sistema atual.

Além disso, foram identificados nos discursos de Mitchell (2006ab), Kothari (2009), Kothari (2014ab), Kothari, Demaria e Acosta (2014) características da abordagem do Biorregionalismo ou Ecorregionalismo. Essa perspectiva compreende um espaço a partir dos sistemas ambientais, sociais e culturais, reconhecendo que todas as relações dinâmicas presentes nesse espaço contribuem para construção do sentimento e da história de um “lugar de vida”. Portanto, essa abordagem defende que “as sociedades humanas deveriam ser descentralizadas, e as fronteiras políticas deveriam refletir as localizações biogeográficas” (ROCHA, 2006, p. 65).

Outras abordagens identificadas nas formas analíticas de Sauv e, incluem nas correntes recentes, as abordagens da *pr axica* em discursos de Dryzek (1995) e Hammond (2019), do ecofeminismo no discurso de Gaard (2001), da eco-educação no discurso de Houser (2009), da sustentabilidade nos discursos de Whiteside, Boy e Bourg (2010) e Whiteside (2013), da sist mica nos discursos de Pickering e Persson (2019) e Niemeyer (2019). J  nos discursos de Dryzek e Stevenson (2011), Huh, Kim e Kim (2018) se identificou a abordagem científica alocada na corrente tradicional da forma analítica da autora.

### 4.3 O discurso sobre Democracia Sustentável

Os discursos sobre democracia sustentável, na forma analítica de Foladori (2000), partem do pensamento antropoc ntrico, com predomin ncia uniforme da abordagem marxistas, ao compreender que a crise do desenvolvimento sustentável   originada pelo sistema de produção e consumo, que emergem das rela  es sociais e do sistema capitalista.

Na perspectiva analítica de Sauv e (2005), os discursos sobre democracia sustentável de Bangura (1992), Qadir, Clapham e Gills (1993), Millett (1993), Jeong (1998), Gbadamosi e Adewoye (2010) exibiram uma preponderância nas correntes recentes da sustentabilidade.

A abordagem da sustentabilidade pressupõe que a busca pelo desenvolvimento econ mico leve em consideração a incorporação das dimensões social e ambiental como elementos fundamentais em sua constituição (BURSZTYN e BURSZTYN, 2013). Nos discursos, são enfatizados a busca pela compatibilização das atividades econômicas com a justiça social e ambiental, tendo em vista que os autores revelam assimetrias entre essas dimensões.



Outras abordagens observadas foram do ecofeminismo nos discursos de Gberevbie e Oviasogie (2013) e Naples (2013), que abordam o problema da participação da mulher na governança pública, e a *práxis* feminista interseccional como estratégia para uma democracia sustentável.

Por fim, também foi identificado a abordagem da ecoeducação no discurso de Lues (2014) ao defender a importância da educação dos cidadãos sobre democracia e para a democracia como requisitos fundamentais de uma democracia sustentável.

#### 4.4 O discurso sobre Democracia Ambiental

Na perspectiva analítica de Foladori (2000), os discursos sobre democracia ambiental de Lynn e Kartez (1994), Rodenhoff (2002), Van Den Burg (2004), Crossen e Niessen (2007), Ramlogan (2010), Aly e Amer (2011), Zhu, Zhang, Ran e Mol (2015), Antal (2015), Etemire (2016), Vanhala (2018), Castro-Buitrago e Valencia (2018), Szulecki (2018), Gellers e Jeffords (2018), Giupponi (2019) são predominantemente antropocêntricos, com uma ênfase na abordagem tecnocentrista do tipo ambientalismo moderado. Essa abordagem considera a produção humana como necessária, porém reconhece os problemas que causa ao meio ambiente. A discussão centra-se nas correções técnicas no processo produtivo que possam reduzir o impacto negativo sobre o meio ambiente.

Por outro lado, os discursos de Wilson (2006), Lawrence, Paudel, Barnes e Malla (2006), Lenzi (2009), Kiss (2014), Tadaki, Sinner e Chan (2017), Arora-Jonsson, (2017), Takacs (2019) e Eckersley (2019) incorporam elementos da abordagem marxista. Esses autores têm como ponto de partida o entendimento de que a crise ambiental surge das relações sociais capitalistas.

Na classificação de Sauv e (2005), os discursos sobre democracia ecológica tiveram destaque nas correntes recentes de abordagem prática, com contribui es de autores como Lynn e Kartez (1994), Rodenhoff (2002), Van Den Burg (2004), Lawrence, Paudel, Barnes e Malla (2006), Crossen e Niessen (2007), Ramlogan (2010), Aly e Amer (2011), Antal (2015), Etemire (2016), Vanhala (2018), Gellers e Jeffords (2018) e Giupponi (2019). Esses discursos enfatizam a a o como meio de transforma o dos indivíduos e do meio ambiente, valorizando a participa o ativa e engajada dos indivíduos na busca por solu es ambientais e sociais.

Foram identificados também discursos que apresentam características da abordagem crítica, representados por autores como Wilson (2006), Kiss (2014), Zhu,

Zhang, Ran e Mol (2015), Castro-Buitrago e Valencia (2018), Szulecki (2018), Takacs (2019) e Eckersley (2019). Essas abordagens questionam as estruturas e sistemas que levaram à crise ambiental e enfatizam a necessidade de transformações profundas para alcançar uma democracia ambiental.

Além disso, identificou-se discursos de abordagem moral/ética, representada por Tadaki, Sinner e Chan (2017), ecofeminismo, representado por Arora-Jonsson (2017), sustentabilidade, representado por Lenzi (2009), e abordagem científica, representada por Takacs (2019).

Essas diferentes abordagens ambientais contribuem para uma compreensão mais ampla da relação democracia e meio ambiente, destacando a importância de uma abordagem integrada para enfrentar os desafios socioambientais.

#### **4.5 As abordagens ambientais predominantes em discursos científicos**

Antes de apresentar a identificação e análise das abordagens ambientais predominantes nos discursos científicos sobre a relação entre democracia e meio ambiente, é importante ressaltar que a construção do discurso não é unânime e excludente. Portanto, é possível identificar mais de uma abordagem dentro de um discurso, pois essas abordagens não são mutuamente exclusivas, taxativas e imiscíveis. Pelo contrário, elas se constituem como abordagens e visões ambientais complexas, interligadas e complementares umas às outras.

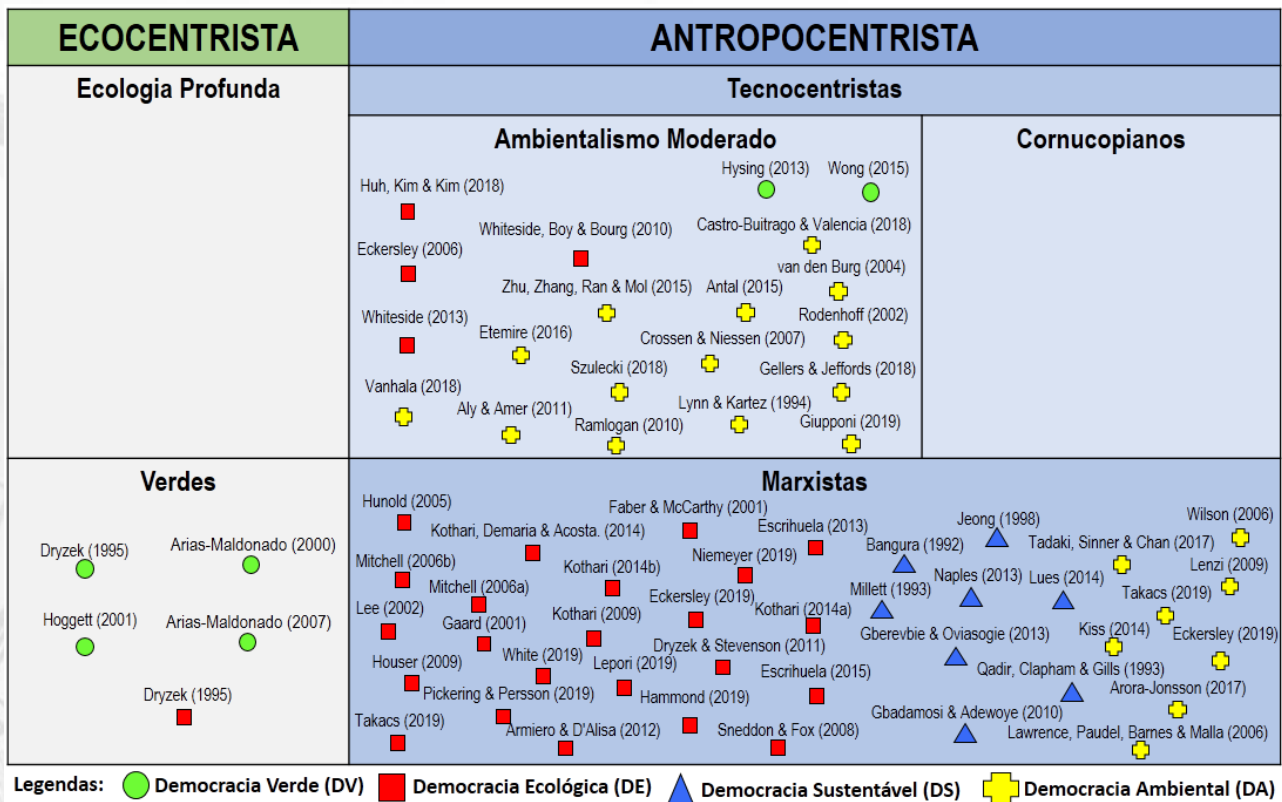
Assim, a identificação foi realizada a partir das visões recorrentes nos discursos dos cientistas, levando em consideração as duas formas analíticas ambientais propostas por Foladori (2000) e Sauv e (2005), representadas nas figuras 03 e 04, respectivamente. Essas figuras apresentam a identificação de cada abordagem e a denominação de democracia (verde, ecológica, sustentável e ambiental) por meio de cores e formas geométricas.

A democracia verde é representada por um círculo verde, a democracia ecológica por um quadrado vermelho, a democracia sustentável por um triângulo azul e a democracia ambiental por uma cruz amarela.

Na abordagem ambiental de Foladori (2000), representada na figura 02, há uma tendência predominante nos discursos em relação à teoria antropocentrista, especialmente da abordagem marxista. Isso ocorre porque, de forma geral, as questões e crises ambientais são entendidas nesses discursos como implicações das relações sociais capitalistas.



**Figura 02 – Identificação das abordagens ambientais na forma analítica de Foladori**



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2021).

Os discursos sobre a democracia verde apresentam uma forte identificação com a vertente ecocêntrica, incorporando elementos da teoria política verde e do pensamento dos “verdes”. Nessas denominações, é possível identificar discursos que também possuem marcas antropocêntricas do ambientalismo moderado. Isso ocorre ao reconhecer a necessidade de urgência dos problemas ambientais apontados pelos ecologistas, ao mesmo tempo em que se compreende que frear o crescimento econômico poderia gerar resultados desiguais para países desenvolvidos e em desenvolvimentos. Portanto, a perspectiva da democracia verde se concentra no ideário do desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, a democracia ecológica possui um discurso com elementos do pensamento antropocêntrico, com ênfase nas linhas de pensamento marxistas. Nessa denominação, há um foco no protagonismo dos movimentos de justiça ambiental, valorizando a atuação de atores sociais e sociedade civil, além de incluir os seres não humanos nos processos de tomada de decisões democráticas. A democracia ecológica compreende a sociedade humana como parte integrante da natureza, em oposição à ideia de separação. Por isso, são discutidos os impactos da produção capitalista e os problemas

ecológicos decorrentes, tanto nas comunidades humanas quanto nas não humanas, em contextos locais, transfronteiriços e globais.

A democracia sustentável também apresenta um discurso que parte da vertente antropocêntrica marxista. A denominação engloba discursos com discussões políticas, econômicas e questões relacionadas às desigualdades sociais e de gêneros em países com regimes híbridos, democracias “imperfeitas” ou semidemocracias (NÓBREGA JR, 2010). Esse contexto é especialmente observado em regiões da África e da América Latina, onde os países passaram recentemente por governos autoritários ou militarizados.

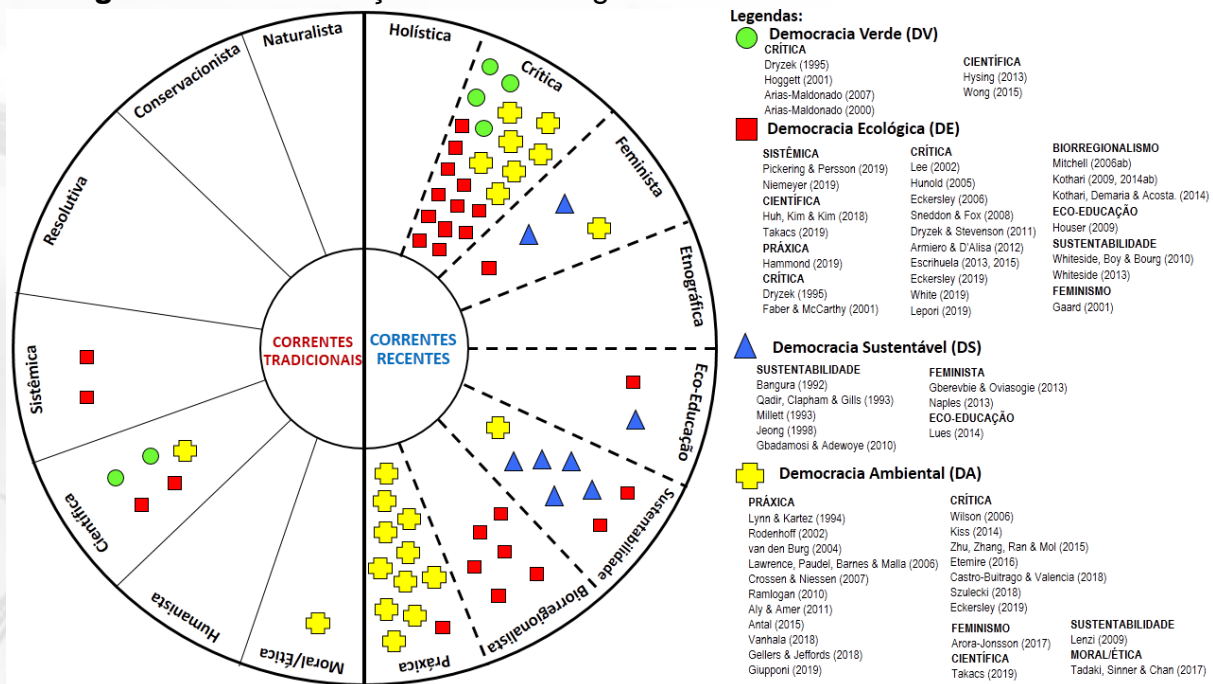
Nesses casos, o Estado desempenha um papel central e a sociedade é considerada como coadjuvante nos processos democráticos. Esses países apresentam baixos níveis de participação política, poucos direitos e garantias individuais, governança fraca e uma presença significativa de militarização na segurança pública, sendo vista como instituição que assegura o regime democrático.

Por outro lado, a democracia ambiental possui um discurso fortemente identificado com a vertente antropocêntrica, especialmente com o ambientalismo moderado. Sua construção está focada nos direitos processuais, por meio de instrumentos e políticas ambientais de comando e controle. Esses discursos baseiam-se em normas pré-estabelecidas, como a Convenção de Aarhus e o Acordo de Escazú, que visam garantir o acesso à participação, informação e justiça em matéria ambiental.

Na forma analítica de Sauv e (2005), figura 03, pode-se observar uma tendência dos discursos sobre democracia e meio ambiente pertencentes às correntes ambientais recentes, que ganharam destaque a partir dos anos 1990. Essas correntes incluem abordagens crítica, prática, sustentabilidade, biorregionalista, feminista e da eco-educa o, sendo que esses discursos científicos foram produzidos nas últimas três décadas.

A democracia verde apresenta discursos com marcas das correntes crítica e científica. Sua constru o é baseada no ponto de vista político e do pensamento dos “verdes”, que questionam as dinâmicas sociais e das rela oes de poder, desafiando discursos hegemônicos e os lugares-comuns, buscando transforma oes na realidade ambiental. Além disso, esse constructo também incorpora elementos da corrente tradicional científica, enfatizando a busca por soluçoes para os problemas ambientais por meio do rigor das ciências ambientais.



**Figura 03 – Identificação das abordagens ambientais na forma analítica de Sauvé**


Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

O discurso da democracia ecológica concentra-se principalmente em duas correntes: a crítica e a biorregionalista. Esse constructo é construído com base nos movimentos e lutas sociais pela justiça ambiental, abrangendo temas como ecofeminismo (sexismo ambiental), racismo ambiental e classismo ambiental, bem como modelos ideais de estados verdes. A teoria crítica é presente nesses discursos, questionando e identificando as intenções, posições de poder, argumentos, valores, decisões e ações dos diferentes atores na busca por soluções para os problemas resultantes das injustiças ambientais. A corrente biorregionalista também marca o discurso da democracia ecológica ao discutir modelos democráticos ecológicos ou alternativas de bem-estar emergente (ou reemergente) em nível local ou regional, valorizando esses espaços como lugares de desenvolvimento social e ambiental.

O discurso da democracia sustentável está predominantemente ligado à corrente recente da sustentabilidade. Nesse constructo, a sustentabilidade é vista nas dimensões social, política e econômica, enquanto a dimensão ambiental é considerada em um plano secundário nos discursos. Isso ocorre devido às divergências nas percepções das questões históricas, culturais e condições estruturais que obstaculizariam à consolidação e a

sobrevivência dos sistemas democráticos participativos, especialmente em países com democracias emergentes, como os da África e da América Latina.

Por fim, o discurso sobre a democracia ambiental enfatiza principalmente as correntes prático e crítica. Esse constructo dá ênfase aos direitos processuais ou de procedimentos, conferindo ao Estado e às constituições a promoção da democracia ambiental por meio de instrumentos discursivos e mecanismos participativos. A corrente prático descreve a aprendizagem e as mudanças das/nas pessoas e no meio ambiente, que ocorre na/pela/para ação. Assim, a participação, envolvendo múltiplos atores e instrumentos, promove transformações nos agentes, nos atores envolvidos e no ambiente, representando um caminho para a solução dos problemas sociais e ambientais.

## 5 CONCLUSÃO

A relação entre democracia e meio ambiente apresenta dois pontos de vista contrastantes nos discursos científicos. Em primeiro lugar, há uma limitação na união do conceito de democracia, com seus aspectos procedimentais, ao de meio ambiente, que possui características substanciais. Em segundo lugar, as evidências indicam que não existem garantias ou provas que afirmem categoricamente que essa união resultará em decisões, políticas ou ganhos ambientais positivos. No entanto, é apontado pelos discursos que a conexão entre democracia e meio ambiente oferece um potencial para implementação de espaços e instrumentos que incentivam e legitimam tomadas de decisões ambientais mais democráticas.

É visto que cada denominação – democracia verde, ecológica, sustentável e ambiental – desempenham um papel específico, mas não são excludentes, sendo complementares em suas contribuições para se pensar soluções democráticas para os problemas ambientais. Isso ocorre porque as questões ambientais são complexas e são abordadas de maneira diferente em várias regiões, considerando as diferentes conceitualização, debates, exercícios, características intrínsecas e demandas específicas de cada região em relação a essas denominações.

É importante lembrar que o foco dessas denominações também depende dos discursos em questão. A discussão sobre democracia ambiental é mais representativa em países onde os regimes democráticos já estão consolidados, ao contrário da democracia sustentável, cujos discursos são provenientes de países que ainda buscam a consolidação do processo democrático.



Por isso, é difícil abordar a questão do meio ambiente quando essa decisão está centralizada em regimes autoritários (*Authoritarian regimes*), uma vez que não se trata de uma construção coletiva, mas de decisões monocráticas sobre meio ambiente. Isso explica a necessidade de estabelecer e fortalecer as democracias verde, ecológica e ambiental no sistema terrestre, pois a falta de democracia dificulta o pensamento e o debate sobre as questões ambientais, como é o caso do constructo da democracia sustentável. A sociedade civil não pode atuar como cidadã e nem refletir sobre as questões políticas, muito menos as ambientais, quando o poder de decisão e de participação da sociedade é limitado e pouco significativo.

Portanto, entende-se que os constructos democráticos verde, ecológico e ambiental são fundamentais para ampliar a participação ativa nos regimes democráticos, possibilitando uma participação mais efetiva em questões ambientais. Assim, ao possuir uma cultura política favorável ao fortalecimento da democracia em um contexto ambiental, abre-se espaço para pensar e debater outros temas, como a política dos partidos verdes, sustentabilidade, ecologia, políticas ambientais, fronteiras planetárias, democracia energética, entre outros.

Percebe-se que essa relação entre democracia e meio ambiente abrange e conecta questões ecológicas, econômicas, sociais, políticas, culturais e educacionais, que só podem ser sustentadas em regimes democráticos. Por isso, a participação social, sendo o próprio objeto da democracia, é o elemento transversal nas quatro denominações, e a democracia deliberativa é uma das perspectivas teóricas mais proeminentes para abordar esses modelos democráticos, pois ela pode assegurar valores procedimentais ao mesmo tempo em que aumenta o valor atribuído pelos participantes aos interesses substantivos compartilhados, como as questões ambientais (DRYZEK, 2013; PICKERING e PERSSON, 2019).

Desta forma, ao unir dois conceitos - democracia e meio ambiente - que possuem marcas discursivas de participação e ação humana e efeitos nos sistemas ecológicos, os discursos sobre as democracias verde, ecológica, sustentável e ambiental na forma analítica de Foladori (2000), tendem a ter uma perspectiva predominantemente antropocêntrica, com ênfase no pensamento marxista, ao considerar os problemas e crises ambientais decorrentes das produções capitalistas. Na forma analítica de Sauvé (2005), esses discursos predominam nas correntes recentes, destacando-se as abordagens crítica, prática, biorregionalista e de sustentabilidade, devido ao aumento e fortalecimento dos

discursos ambientais em diferentes atores e debates internacionais sobre as questões e relações sociedade-natureza, especialmente a partir da década de 1990.

Por fim, é importante mencionar as limitações desta pesquisa, que são comuns em estudos de revisão integrativa. Elas decorrem das opções metodológicas adotadas, como a escolha de artigos científicos como gênero principal e a seleção de bases de dados específicas, o que pode excluir outros gêneros científicos, como monografias, dissertações e teses, que não foram incluídos na análise. No entanto, essas limitações não comprometem as contribuições desse artigo, e sugere-se que estudos futuros sobre o tema ampliem a inclusão de outros dos gêneros textuais científicos e bases de dados.

## REFERÊNCIAS

- ADINOLFI, V. T. S. Discurso científico, poder e verdade. **Revista Aulas**. n.3, 2007.
- ALY, S. S. A., AMER, M. S. E. Public involvement in sustainable development: A public participation process in the sidi gaber railway station development project, Alexandria, Egypt. **WIT Transactions on Ecology and the Environment**, 150, pp. 537-552, 2011.
- ANTAL, A. The impact of U.S.A. and E.U. on environmental and energy democracy in Hungary. **Online Journal Modelling the New Europe**. n. 17, v. 1, pp. 13-27, 2015.
- ARIAS-MALDONADO, M. The democratisation of sustainability: The search for a green democratic model. **Environmental Politics**. n. 9, v. 4, pp. 43-58, 2000.
- ARIAS-MALDONADO, M. An imaginary solution? the green defence of deliberative democracy. **Environmental Values**. n. 16, v. 2, 233-252, 2007.
- ARMIERO, M.; D'ALISA, G. Rights of resistance: The garbage struggles for environmental justice in campania, Italy. **Capitalism, Nature, Socialism**. n. 23, v. 4), 52-68, 2012.
- ARORA-JONSSON, S. Policy discourses and marginal places: Histories of environmental democracy in India and Sweden. **Social Sciences**. n. 6, v. 1, art. no. 33, 2017.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BANGURA, Y. Authoritarian rule and democracy in Africa: a theoretical discourse Authoritarianism, democracy, and adjustment, **UNRISD** (ISSN: 1012-6511), pp. 39-82, 1992.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte, n.5, v. 11, p. 121-136, 2011.
- BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.



CASTRO-BUITRAGO, E., VALENCIA, F. C. Um direito ambiental democrático para a América Latina e o Caribe: Os desafios da negociação do acordo regional sobre o princípio 10 do rio 92. **ACDI Anuario Colombiano de Derecho Internacional**. n. 11, pp. 163-190, 2018.

CIDADE, L. C. F. A questão ambiental urbana: perspectivas de análise. In: Encontro Nacional da ANPUR, 1996, Brasília. **Anais do ANPUR**. Brasília, 1996.

CROSSEN, T., NIESSEN, V. NGO standing in the European Court of Justice - Does the Aarhus Regulation open the door?. **Review of European Community and International Environmental Law**. n. 16, v. 3, pp. 332-340, 2007.

DRYZEK, J. S. Political and Ecological Communication. **Environmental Politics**. n. 4, v. 4, pp. 13-30, 1995.

DRYZEK, J. S.; STEVENSON, H. Global democracy and earth system governance. **Ecological Economics**. n. 70, v. 11, pp. 1865-1874, 2011.

DRYZEK, J.S.; DOWNES, D.; HUNOLD, C.; SCHLOSBERG, D.; HERNES, H. K. **Green States and Social Movements: Environmentalism in the United States, United Kingdom, Germany and Norway**. Oxford University Press: Oxford, UK, 2003.

ECKERSLEY, R. **The green state: rethinking democracy and sovereignty**. Cambridge: MIT Press, 2004.

ECKERSLEY, R. From the liberal to the green democratic state: Upholding autonomy and sustainability. **International Journal of Innovation and Sustainable Development**. n. 1, v. 4, pp. 266-283, 2006.

ECKERSLEY, R. Ecological democracy and the rise and decline of liberal democracy: looking back, looking forward. **Environmental Politics**, n. 21, 1–21, 2019.

ESCRIHUELA, C. M. La democracia ecológica: Fundamento, posibilidades, actores. **Revista de Estudios Políticos**. n. 162, pp. 175-198, 2014.

ESCRIHUELA, C. M. Should ecological citizenship advocates praise the green state?. **Environmental Values**. n. 24, v.3, pp. 321-344, 2015.

ESTENSSORO, J. F. **Historia del debate ambiental en la política mundial 1945-1992: La Perspectiva Latinoamericana**. Chile: Instituto de Estudios Avanzados/ Universidad Santiago de Chile, 2014.

ESTENSSORO, J. F. El factor ambiental en los debates ideológicos en torno al desarrollo de América Latina. **História Unisinos**. n. 21, v. 1, 13-25, 2017.

ETEMIRE, U. Insights on the UNEP Bali Guidelines and the development of environmental democratic rights. **Journal of Environmental Law**, n. 28, v. 3, pp. 393-413, 2016.

FABER, D.; McCARTHY, D. The evolving structure of the environmental justice movement in the United States: New models for democratic decision-making. **Social Justice Research**, n. 14, v. 4, pp. 405-421, 2001.

FOLADORI, G. El pensamiento ambientalista. *Revista de Estudos Ambientais*, 2(1):42-60. **Tópicos en Educación Ambiental**. n. 2, v. 5, 21-38, 2000.

FOLADORI, G; TAKS, J. (2004). Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. **Mana**. Rio de Janeiro, n. 10, v. 2. 323-348, 2004.

GAARD, G. Women, water, energy: An ecofeminist approach. **Organization and Environment**. n. 14, v. 2, 157-172, 2001.

GBADAMOSI, O.; ADEWOYE, O. I. The rule of law as a catalyst for sustainable democracy in Nigeria. **Commonwealth Law Bulletin**, n. 36, v. 2, pp. 343-355, 2010.

GBEREVBIE, D. E.; OVIASOGIE, F.O. Women in governance and sustainable democracy in Nigeria, 1999-2012. **Economics and Sociology**, n. 6, v. 1, pp. 89-107, 2013.

GELLERS, J. C.; JEFFORDS, C. Toward environmental democracy? Procedural environmental rights and environmental justice. **Global Environmental Politics**. n. 18, v. 1, pp. 99-121, 2018.

GIUPPONI, B. O. Fostering environmental democracy in latin america and the caribbean: An analysis of the regional agreement on environmental access rights. **Review of European, Comparative and International Environmental Law**, n. 28, v. 2, pp. 136-151, 2019.

GLUSHKOVA, M. Uma análise comparativa do discurso científico-político-empresarial no Brasil e na Rússia. **Alfa: Revista de Linguística** (São José do Rio Preto), São Paulo, v. 62, n. 3, p. 447-468, 2018.

GOODIN, R. **Green Political Theory**. Cambridge, MA: Polity Press, 1992.

HABERMAS, J. **Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy**. Cambridge: MIT Press, 1992.

HAMMOND, M. A cultural account of ecological democracy. **Environmental Values**, n. 28, v.1, pp. 55-74, 2019.

HELD, D. **Models of Democracy**. 3. ed. Palo Alto, CA: Stanford University Press/Polity Press, 2006.

HOGGETT, P. Democracy, Social Relations and Ecowelfare. **Social Policy and Administration**, n. 35, v. 5, 608–626, 2001.

HOUSER, N. O. Ecological democracy: An environmental approach to citizenship education. **Theory and Research in Social Education**. n. 37, v. 2, pp. 192-214, 2009.



HUH, T.; KIM, Y.; KIM, J. H. Towards a green state: A comparative study on OECD countries through fuzzy-set analysis. **Sustainability** (Switzerland). n. 10, v. 9, art. n. 3181, 2018.

HUNOLD, C. Green political theory and the European Union: The case for a non-integrated civil society. **Environmental Politics**. n. 14, v. 3, pp. 324-343, 2005.

HYSING, E. Representative democracy, empowered experts, and citizen participation: Visions of green governing. **Environmental Politics**. n. 22, v. 6, pp. 955-974, 2013.

JEONG, H. W. Economic reform and democratic transition in Ghana. **World Affairs**. n. 160, v. 4, pp. 218-230, 1998.

KISS, G. Why should the public participate in environmental decision-making?: Theoretical arguments for public participation. **Periodica Polytechnica Social and Management Sciences**. n. 22, v. 1, pp. 13-20, 2014.

KOTHARI, A. (2009). Radical ecological democracy: Escaping India's globalization trap. **Development**. n. 52, v. 3, pp. 401-409, 2009.

KOTHARI, A. India 2100: Towards Radical Ecological Democracy (2014) **Futures**. n. 56, pp. 62-72, 2014a.

KOTHARI, A. Radical Ecological Democracy: A path forward for India and beyond. **Development (Basingstoke)**. n. 57, v. 1, pp. 36-45, 2014b.

KOTHARI, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. Buen Vivir, Degrowth and Ecological Swaraj: Alternatives to sustainable development and the Green Economy. **Development (Basingstoke)**. n. 57, v. 3, pp. 362-375, 2014.

LAWRENCE, A.; PAUDEL, K.; BARNES, R.; MALLA, Y. Adaptive value of participatory biodiversity monitoring in community forestry. **Environmental Conservation**, n. 33, v. 4, pp. 325-334, 2006.

LEE, S. H. The discursive politics of water: Interurban struggles in the Nakdong river catchment in South Korea. **Urban Policy and Research**. n. 20, v. 3, pp. 281-298, 2002.

LENZI, C. L. A política democrática da sustentabilidade: Os modelos deliberativo e associativo de democracia ambiental. **Ambiente e Sociedade**. n. 12, v. 1, pp. 19-36, 2009.

LEPORI, M. Towards a new ecological democracy: A critical evaluation of the deliberation paradigm within green political theory. **Environmental Values**. n. 28, v. 1, pp. 75-99, 2019.

LIMA, J. V. B. C.; NEVES, F. M.; RODRIGUES, L. P. Os usos discursivos da ciência e da tecnologia nas disputas políticas ambientais. **Sociedade e Estado**. n. 31, v. 2, pp. 517-538, 2016.

LOPES, F. S.; SOARES, T. L.; MORAIS, L. A.; CARVALHO, E. F. Cartografia das correntes em educação ambiental na percepção de discentes em administração. *In*: SEABRA, G. (Ogs). **Educação Ambiental - o desenvolvimento sustentável na economia globalizada**. Ituiutaba: Barlavento, 2020.

LUES, L. Citizen participation as a contributor to sustainable democracy in South Africa. **International Review of Administrative Sciences**. n. 80, v. 4, pp. 789-807, 2014.

LYNN, F. M.; KARTEZ, J. D. Environmental democracy in action: The Toxics Release Inventory. **Environmental Management**. n. 18, v. 4, pp. 511-521, 1994.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2021.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual**: análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008

MILLETT, Richard L. Sustainable democracy in Latin America: Prospects and problems. **Small Wars & Insurgencies**. n. 4, v. 3, 87-97, 1993.

MITCHELL, R. E. Environmental governance in Mexico: Two case studies of Oaxaca's community forest sector. **Journal of Latin American Studies**. n. 38, v. 3, pp. 519-548, 2006a.

MITCHELL, R. E. Green politics or environmental blues? Analyzing ecological democracy. **Public Understanding of Science**. n. 15, v. 4, pp. 459-480, 2006b.

MORAIS, L. A. **Conselhos ambientais: Dinâmicas de participações no Território Açu-Mossoró (RN)**. Mossoró, RN: EDUERN, 2020.

MORAIS, L. A.; SIQUEIRA, E. S.; SIQUEIRA FILHO, V.; NEPOMUCENO, L. H. Dinâmica de participação social em Conselho Municipal de Meio Ambiente do Território Açu-Mossoró (RN): a realidade sob o prisma documental. **Research, Society and Development**. n. 10, v. 5, p. 1-19, 2021.

NAPLES, N. A. Sustaining Democracy: Localization, Globalization, and Feminist Praxis. **Sociological Forum**. n. 28, v.4, pp. 657-681, 2013.

NIEMEYER, S. Deliberation and ecological democracy: from citizen to global system. **Journal of Environmental Policy & Planning**. n. 2, p. 1-14, 2019.

PARKER, W. C. Curriculum for democracy. *In*: SODOR, R. (Ed.). **Democracy, education, and the schools**. San Francisco: Jossey-Bass, 1996.

PARKER, W. C. (Ed). **Education for democracy: Contexts, curricula, assessments**. Greenwich, CT: Information Age Publishing, 2002.

NÓBREGA JR., J. P. A Semidemocracia Brasileira: autoritarismo ou democracia?. **Sociologias**.n. 12, v. 23, 2010.



PICKERING, J.; PERSSON, Å. Democratising planetary boundaries: experts, social values and deliberative risk evaluation in Earth system governance. **Journal of Environmental Policy & Planning**. n. 1, 2019.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 271–283, jan. 2017.

QADIR, S.; CLAPHAM, C.; GILLS, B. Sustainable democracy: Formalism vs substance. **Third World Quarterly**. n. 14, v. 3, pp. 415-422, 1993.

RAMLOGAN, R. Using the law to achieve environmental democracy and sustainable development: An elusive dream for Trinidad and Tobago. **Electronic Green Journal**, n. 30, 2010.

ROCHA, R. G. Ecoideologias associadas aos movimentos ambientais: contribuições para o campo da educação ambiental. **Educar em Revista**. n. 27, 55-73, 2006.

RODENHOFF, V. The Aarhus Convention and its implications for the 'institutions' of the European Community. **Review of European Community and International Environmental Law**. n. 11, v. 3, pp. 343-357, 2002.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). **Educação Ambiental - pesquisas e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2018.

SNEDDON, C.; FOX, C. River-basin politics and the rise of ecological and transnational democracy in Southeast Asia and Southern Africa. **Water Alternatives**. n. 1, v. 1, pp. 66-88, 2008.

SZULECKI, K. Conceptualizing energy democracy. **Environmental Politics**. n. 27, v. 1, pp. 21-41, 2018.

TADAKI, M.; SINNER, J.; CHAN, K. M. A. Making sense of environmental values: A typology of concepts. **Ecology and Society**. n. 22, v. 1, 2017.

TAKACS, D. Whose voices count in biodiversity conservation? Ecological democracy in biodiversity offsetting, REDD+, and rewilding. **Journal of Environmental Policy & Planning**. n. 3, 1–16, 2019.

VAN DEN BURG, S. Informing or empowering? Disclosure in the United States and the Netherlands. **Local Environment**. n. 9, v. 4, pp. 367-381, 2004.

VANHALA, L. Shaping the Structure of Legal Opportunities: Environmental NGOs Bringing International Environmental Procedural Rights Back Home. **Law and Policy**. n. 40, v. 1, pp. 110-127, 2018.

VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.

WHITE, D. F. Ecological Democracy, Just Transitions and a Political Ecology of Design. **Environmental Values**. n. 28, v. 1, 31–53, 2019.

WHITESIDE, K. H. The impasses of ecological representation. **Environmental Values**. n. 22, v. 3, pp. 339-358, 2013.

WHITESIDE, K. H.; BOY, D.; BOURG, D. France's 'Grenelle de l'environnement': Openings and closures in ecological democracy. **Environmental Politics**. n. 19, v. 3, pp. 449-467, 2010.

WILSON, H. Environmental democracy and the green state. **Polity**, n. 38, v. 2, pp. 375-386, 2006.

WONG, J. K. A dilemma of green democracy. **Political Studies**. n. 64, pp. 136-155, 2015.

ZHU, X.; ZHANG, L.; RAN, R.; MOL, A.P.J. Regional restrictions on environmental impact assessment approval in China: The legitimacy of environmental authoritarianism. **Journal of Cleaner Production**. n. 92, pp. 100-108, 2015.

\*\*\*